Parte 1 - Os fundamentos de um novo modelo agrícola
**Capítulo 3 - Agronegócio e reestruturação urbana e regional no
Brasil**

Denise Elias

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ELIAS, D. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 63-81. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0004>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 3

Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil

• • • • •

DENISE ELIAS

INTRODUÇÃO

Com o presente capítulo, objetivamos colocar em debate alguns dos principais processos que estão na base da análise das novas formas de uso e ocupação do território brasileiro notadamente associadas à reestruturação produtiva da agropecuária com o incremento da agricultura empresarial intensiva (agronegócio globalizado). Privilegiaremos a análise da intensificação da urbanização da sociedade e do território, das novas relações campo-cidade e da reestruturação urbana e regional. Foi definida como recorte temporal a década de 1980, quando de forma intensa os processos em voga se difundem pelas diferentes partes do país. Vale destacar que algumas das ideias principais aqui apresentadas constituem uma versão revisada de pontos discutidos em artigos anteriores. Da mesma forma, essas ideias não se limitam a apresentar resultados de uma pesquisa, mas de um conjunto delas, realizadas nos últimos anos.

O texto é composto por quatro partes. A primeira traz uma síntese das principais características da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, assim como da organização das redes agroindustriais. Na segunda parte, trabalhamos a tese da relação intrínseca entre a intensificação da urbanização da sociedade e do território e o processo de expansão do agronegócio. Num terceiro item, são discutidas as regiões produtivas do agronegócio, características dos processos de fragmentação do território, face ao caráter espacialmente seletivo da reestruturação produtiva da agropecuária. Enfim, é apresentada a noção de cidade do agronegócio. No final dessa quarta etapa, apresentamos a realidade do país, com um exemplo de cidade do agronegócio.

1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA

O Brasil é, na América Latina, um dos países que mais reorganizou sua atividade agropecuária desde meados do século XX. O tamanho continental de seu território, aliado à existência de grandes propriedades e de um parque industrial em expansão foram fatores favoráveis ao caleidoscópio de transformações que se processaram no setor. Desde então, a agropecuária brasileira passa por um processo de reestruturação produtiva, abalizada na racionalidade do atual sistema temporal, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção, distribuição e consumo globalizados, direcionando-se, cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção de *commodities* para exportação.

Verificaram-se profundas transformações no seu processo produtivo. Os sistemas de ação e os sistemas de objetos (SANTOS, 1996) associados à agropecuária se reestruturaram mediante o incremento da utilização de ciência, tecnologia, informação e diferentes capitais (industriais, financeiros, entre outros).

Tudo isso resultou na exacerbação da agricultura capitalista, com significativo incremento da agricultura empresarial, apoiada em um modelo técnico, econômico e social de produção globalizada que propicia novas e complexas possibilidades para a acumulação ampliada do capital no setor, o qual chamaremos aqui de agronegócio globalizado. Esse setor tem referência planetária e recebe influência das mesmas normas que regem os outros aspectos da produção econômica no período histórico atual, incluindo a competitividade e a financeirização. Vale destacar que, embora a agricultura patronal se desenvolva no país desde o início do período colonial (século XVI) sob o comando do comércio em grande escala, somente mais de cinco séculos depois apresenta mudanças radicais. Isso se deve ao fato de a reestruturação produtiva, calçada nos pilares da revolução tecnológica, também ter atingido essa atividade, que passa a incorporar os principais paradigmas da produção e do consumo globalizados, em consonância com as transformações gerais do restante da sociedade.

Outra característica marcante da difusão do agronegócio globalizado é seu funcionamento regulado pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais em grande parte voltado para a exportação. Sua produção destina-se à geração de *commodities* (soja, café, suco de laranja, entre outras); geração de combustíveis renováveis, cujo caso mais emblemático é o da produção de álcool combustível a partir da cana-de-açúcar e, mais recentemente, a produção de biodiesel, em especial a partir da soja; produção de

matérias-primas para ramos agroindustriais¹ ou, ainda, para o mercado de produtos agrícolas *in natura* (melão, manga, uva, mamão, banana, por exemplo).

A dificuldade de controle do processo produtivo da agropecuária, com uma estrutura dependente dos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, topografia, por exemplo) e do ciclo biológico das plantas e dos animais, sempre representou um limite para a acumulação ampliada no setor, uma vez que o tempo de produção é comumente superior ao tempo de trabalho. Nesse contexto, a aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da agropecuária, com vistas ao aumento de produtividade e à redução de custos, visa o aperfeiçoamento e a expansão de seu processo produtivo, imprimindo intrincadas inovações às forças produtivas do setor, configurando novos sistemas técnicos agrícolas (Elias, 2003).

Teríamos, assim, a reestruturação produtiva da agropecuária modificando, sobretudo, a base técnica da produção, mediante o amplo emprego de máquinas (tratores, colheitadeiras, arados), insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes) e biotecnológicos (sementes geneticamente modificadas, novas variedades) fornecidos pela atividade industrial, com notáveis metamorfoses na divisão social e territorial do trabalho agropecuário.

Em um primeiro momento, os insumos químicos e os maquinários utilizados eram em grande parte importados, uma vez que o Brasil só passou a fabricar tais produtos em grande escala a partir da década de 1970, com a implantação de multinacionais, produtoras de tratores e máquinas agrícolas (como a John Deere). Nesse sentido, um dos principais signos da atividade no Brasil é uma crescente interdependência com os demais setores da economia. As relações com o setor industrial merecem destaque, por propiciarem a instalação e o crescimento de muitos ramos, sobretudo dos que fornecem os insumos e bens de capital para a agropecuária, assim como das agroindústrias, muitas delas multinacionais (Nestlé, Batavo, Parmalat, entre outras), que assumem parte significativa do comando das transformações no setor.

A dinâmica da agropecuária passa, então, a ser determinada pelo desenvolvimento do que alguns autores chamam de redes agroindustriais (Silveira, 2005; Elias, 2008), em que são relacionados os seguintes estabelecimentos: empresas agropecuárias; indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos; laboratórios de pesquisa biotecnológica;

¹ Entendemos como agroindústrias os ramos da indústria de transformação cuja matéria-prima principal provém da produção agropecuária ou extrativista vegetal como, por exemplo, indústrias de alimentos (beneficiamento, moagem, torrefação, preparação de refeições, conservas, abate de animais, resfriamento e preparação de leite e laticínios, fabricação e refino de açúcar, fabricação de balas e caramelos, fabricação de massas alimentares) e de bebidas.

prestadores de serviços; agroindústrias; empresas de distribuição comercial; empresas de pesquisa agropecuária, de *marketing*, de *fast food* e de logística; cadeias de supermercados.²

Outros processos são ainda favorecidos, quais sejam, a expansão de sociedades anônimas, de cooperativas agrícolas, de empresas integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, *holdings*, cartéis e trustes (Delgado, 1985), com atuação direta no agronegócio. As grandes corporações se apropriam desse tipo de produção agropecuária no Brasil, seja através da territorialização do capital no espaço agrário, seja através da monopolização do território pelo capital (Oliveira, 2004). Tais processos alçam inúmeras empresas do agronegócio globalizado no circuito superior da economia urbana (Santos, 1979). Caracteriza-se, com todas essas mudanças, uma nova organização econômica e social da agropecuária, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro, com a intensificação da divisão social e territorial do trabalho, e com a especialização da produção.

A adoção de novos sistemas técnicos agrícolas, por sua vez, minimizou a anterior vantagem representada pela produção localizada nos melhores solos e nas topografias mais adequadas. Aumentou a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de espaços agrícolas até então desprezados para tais atividades. Da mesma forma, relativizou as questões locais clássicas (como a proximidade com o mercado consumidor), antes imprescindíveis. Isso significa dizer que muitas novas áreas passam a ser de interesse do capital do agronegócio. Adaptando Santos (1993) para o caso presente, poderíamos dizer que o capital do agronegócio passa a ocupar um amplo exército de lugares de reserva.³

Entre os resultados, poderíamos citar as intensas mudanças nas formas de uso e ocupação do espaço agrário, tanto com a territorialização de grandes empresas nas áreas mais competitivas, como também com a monopolização de outras, com a consequente expropriação da pequena agricultura. Na medida em que a sociedade contemporânea passa a experimentar uma dinâmica de

² Tais debates se iniciaram nos Estados Unidos da América na década de 1950, quando se passou a discutir a noção de *agrobusiness*, que envolveria, além da própria atividade agropecuária, todos os setores associados a montante e a jusante dessa atividade. Tiveram desdobramentos em vários outros países. No Brasil, os debates foram intensos, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, com vários autores discutindo o que chamavam de complexos agroindustriais – CAIs (Sorj, 1980; Muller, 1989; Mazzali, 2000; Silva, 1996), outros de sistemas agroindustriais – SAGs (Farina e Zylbersztain, 1998).

³ Mais comumente chamados de fronteira agrícola. Utilizamos lugares de reserva com base na noção de Santos (1993).

maior aceleração (Santos, 1996), o campo brasileiro deixa de ser um espaço com menos rugosidades (Santos, 1985) e com flexibilidade superior à apresentada pelas cidades. Nas áreas onde o agronegócio se expande, o meio natural e o meio técnico são substituídos pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1988; 1993), aumentando sua densidade técnica. Desde então, reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, tais como no tocante aos mercados mais longínquos e competitivos. Fato semelhante ocorre em relação aos preços, sendo os de alguns produtos comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre as áreas de produção e os centros de comando e consumo, reforçando a fragmentação do território e as diferenças entre o que Santos (1993) chamou de “lugares do fazer” e “lugares do mandar”.

Os espaços agrícolas passam, desde então, por um processo acelerado de reorganização. Sobre eles se organizam sistemas técnicos (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações, de centros de pesquisa agropecuária) voltados para dotar o espaço agrícola de uma maior fluidez para as empresas hegemônicas do setor. Isso induz à racionalização desses espaços e a expansão do meio técnico-científico-informacional, revelando o dinamismo da (re)produção do espaço resultante da reestruturação da agropecuária.

Vale destacar que o governo federal foi um dos principais agentes dessas transformações da agropecuária, especialmente entre meados da década de 1960 e 1980, através de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola – política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas – como também mediante políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor (Delgado, 1985).

Nos itens a seguir, discutiremos os processos de urbanização e de regionalização intrínsecos ao agronegócio globalizado, algumas das marcas do Brasil desde as últimas décadas do século XX.

2. RELAÇÕES CAMPO-CIDADE, URBANIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

Nesta seção discutiremos a tese por nós defendida (Elias, 2003; 2008; 2011) segundo a qual é possível identificar municípios e regiões no Brasil cuja intensificação da urbanização, assim como a constituição de novas re-

gionalizações, se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado. Em face do seu caráter espacialmente seletivo, socialmente excludente e ambientalmente insustentável, a reestruturação produtiva da agropecuária acirra a divisão social e territorial do trabalho. Concomitantemente, processam-se a fragmentação do espaço agrícola, o incremento da urbanização, assim como novas regionalizações. A busca de explicações de tais processos nos leva a considerar a forte integração da atividade agropecuária aos circuitos da economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações entre o espaço agrícola racionalizado e os espaços urbanos próximos. Essas relações se dão atreladas às demandas produtivas de serviços e produtos especializados por parte das empresas relacionadas ao agronegócio, assim como para o armazenamento e escoamento da produção.

Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e de porte médio, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas cidades se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando elas passam a exercer novas funções e a compor importantes nós, pontos ou manchas das redes agroindustriais, a partir das quais fornecem parte da mão de obra (especializada e braçal), dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas e da assistência técnica agropecuária, dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional.

Quanto mais dinâmico for o agronegócio e quanto mais globalizados forem os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação (Santos, 1986; 1993), maiores e mais emaranhadas se tornam as relações entre campo e cidade inseridos em regiões agrícolas. Assim, a difusão do agronegócio explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país. Tais fatos estão entre os que competem para que a urbanização brasileira tenha deixado de ser predominantemente litorânea, como o foi durante séculos, desencadeando transformações nas áreas antes não consideradas para produções agrícolas mais intensivas, tais como partes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, nas quais se expande a produção de grãos, de gado, de frutas tropicais, e de cana-de-açúcar desde a década de 1980.

Para atender às demandas do agronegócio globalizado, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza em parte dos espaços agrícolas (armazéns, silos, indústrias de processamento, terminais de carga, escritórios das empresas agrícolas, centros de capacitação, alojamentos para trabalhadores agrícolas, *packinghouses*), (re)produzindo esses espaços e ampliando a complexidade dos seus sistemas de

objetos. O resultado é uma remodelação desses espaços que se tornam cada vez mais rígidos, mais rugosos.

Como a gestão desse agronegócio necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos, o mesmo ocorre nos espaços urbanos próximos, o que explica em parte a interiorização da urbanização, promovida pelas novas relações estabelecidas entre o campo e as cidades, desencadeadas pelas demandas por parte do agronegócio, de produtos e serviços especializados, incrementando o consumo produtivo (Santos, 1988) do agronegócio (Elias, 2003; Elias, Pequeno, 2010). Isso constitui parte da explicação da reestruturação do território e da organização de um novo sistema urbano brasileiro, muito mais complexo do que há trinta ou quarenta anos, invalidando parte das explicações sobre a rede urbana e a hierarquia urbana (cidades maiores tendo as menores como tributárias) que valiam até então.

Em todas as áreas de expansão do agronegócio no Brasil é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a subdivisão e criação de novos municípios, tanto em áreas que já se destacavam pela produção agrícola como nas regiões Sul e Sudeste, quanto nas áreas mais recentemente ocupadas com tal tipo de produção. São várias as cidades classificadas como de pequeno ou médio porte⁴ que têm parte de sua economia associada a alguma produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano vinculado ao agronegócio.

Tal situação ocorre, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais mais profundas, aproximando-nos do que Santos (1988; 1993; 1996; 2000) chamou de produção de espaços corporativos, onde as empresas (re)produzem o espaço ao sabor de suas necessidades. Assim, as demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar os espaços próximos, sejam agrícolas sejam urbanos, às suas necessidades.

Muitas atividades disseminam-se por todas as áreas de difusão do agronegócio globalizado, podendo-se citar: as casas de comércio, de implementos agrícolas, de sementes, grãos e fertilizantes; os escritórios de *marketing*, de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes de carga; os serviços do especialista em engenharia genética, veterinária, meteorologia, agronomia, economia, administração pública; os cursos técnicos de nível médio; os cursos superiores voltados ao agronegócio. Isso aponta que parte do processo produtivo dessas atividades, incluindo sua

⁴ Sobre a discussão de cidades médias podem ser vistos os trabalhos de Maria Encarnação Sposito (2010a, 2010b).

gestão, é urbana. Nas áreas em que o agronegócio mais rapidamente e há mais tempo se propaga, são surpreendentes a diversidade e o grau de complexidade dos produtos e serviços aos quais é possível ter acesso. Poderíamos exemplificar com o caso da Região de Ribeirão Preto (SP), uma das mais antigas do agronegócio globalizado do estado de São Paulo, associada às redes agroindustriais de cana-de-açúcar e de suco de laranja. Ainda no início da década de 1980, uma filial do escritório da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), até então restrito às principais capitais do país, instalou-se na cidade homônima.⁵

O crescimento da produção não material nos espaços urbanos não metropolitanos nas áreas de difusão do agronegócio deve-se ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, multiplicando o número de estabelecimentos comerciais e de serviços de uma gama variada de ramos.

Os elementos estruturantes do incremento dessas relações campo-cidade, assim como do crescimento da população urbana, podem ser encontrados também, como já citamos, na forma de apropriação privada da terra, resultando na expulsão dos que não detêm a propriedade da terra e originando fortes movimentos de êxodo rural, de forma maciça nas décadas de 1960 e 1970. Essas ocorrências acontecem especialmente nas regiões Sudeste e Sul em um primeiro momento, mas também nas demais regiões nas décadas seguintes, caracterizando processos de migração inter e intrarregional.

Por outro lado, a partir da década de 1980, passam a ocorrer também movimentos distintos de migração, tais como a da mão de obra especializada, oriunda muitas vezes das metrópoles, que migra para as áreas de difusão do agronegócio. Esse fato marca uma nova dinâmica populacional, quando milhares de trabalhadores especializados migram das metrópoles do país para algumas das cidades médias ou pequenas, mas que passam por dinamismo econômico. Essa realidade aponta também o incremento das relações assalariadas na atividade agropecuária.

Os fenômenos da macrourbanização e de metropolização, características do processo de urbanização brasileira desde os anos 1960, como os processos da dispersão espacial da produção – entre elas do agronegócio – e da especialização produtiva do território, fazem com que, a partir da década de 1980,

⁵ A instalação do Escritório Regional da Bovespa na cidade de Ribeirão Preto foi a primeira abertura de uma filial fora da cidade de São Paulo. Rapidamente, esse escritório ganhou destaque nacional pelo volume de negócios realizados em *commodities*, só perdendo para o da própria matriz, para o escritório da bolsa no Rio de Janeiro e para o de Belo Horizonte/Brasília/Espírito Santos. Para uma leitura sobre o agronegócio e a respectiva relação com a urbanização da Região de Ribeirão Preto, pode ser visto Elías (2003).

difundam-se e cresçam as cidades de porte médio e pequeno, tornando mais densa e complexa a rede urbana brasileira uma vez que aumentam os fatores de dispersão e de concentração.

Entre os resultados dos processos supracitados, temos uma significativa remodelação do território e a organização de novo sistema urbano, assim como a formação de novas regionalizações. Para o caso presente, processa-se, em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas concernentes ao agronegócio, as quais temos chamado de regiões produtivas do agronegócio (RPAs) (Elias, 2011; 2013). Trata-se de uma noção em construção, trabalhada no intuito de evidenciar as dinâmicas socioespaciais oriundas de tais atividades.

3. REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO

No nosso entendimento, as RPAs são verdadeiros híbridos, compostos por modernos espaços agrícolas racionalizados e por espaços urbanos não metropolitanos em parte funcionais a esse agronegócio. Elas formam manchas de redes agroindustriais e são perpassadas por parte dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* ou produções agropecuárias, os quais evidenciam algumas das dinâmicas socioespaciais do agronegócio globalizado.

Como as RPAs conectam-se diretamente aos centros de poder e de consumo em nível mundial, as escalas local e regional que têm vida em seu interior articulam-se permanentemente com a escala global, e o território organiza-se com base em imposições do mercado de *commodities*. Constituem, então, lugares propícios ao exercício dos capitais hegemônicos, porquanto apresentam novas possibilidades para a acumulação, cada vez com menor capacidade de resistir às ingerências exógenas, como a crescente financeirização da atividade agrícola. Poderíamos mesmo dizer que os agentes do sistema financeiro que atuam no agronegócio realizam uma das formas de “regularização fundiária” não oficial quando se apropriam das terras dadas como garantia de empréstimos não pagos. Nessas regiões já se observa, também, a presença de corporações formadas por empresas agrícolas e agroindustriais, algumas já atuando com capital aberto, que se configuram entre os principais agentes da produção do espaço regional.

Desse modo, as RPAs compõem espaços do fazer do agronegócio globalizado, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades.⁶

⁶ Sobre verticalidades e horizontalidades ver Santos (1996). Sobre regiões do fazer e regiões do gerir pode ser visto Santos (1996; 2000).

Mas, em contrapartida, as horizontalidades são extremamente difundidas, devido a fatores como: expansão das atividades econômicas; aumento da população e do mercado de trabalho; chegada dos novos agentes econômicos; fluxos de população e de cargas; diversidade e quantidade de fluxos entre o campo e a cidade. Teríamos, assim, uma nova face do clássico fenômeno da região. Conforme isso indica, nas RPAs a solidariedade organizacional imposta pelas empresas hegemônicas do agronegócio é preponderante sobre a solidariedade orgânica,⁷ localmente e historicamente tecida, que fica comprometida, apesar dos permanentes processos de resistência dos sujeitos sociais excluídos pelas dinâmicas do agronegócio. Processa-se, em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas vinculadas aos diversos circuitos da economia do agronegócio, notadamente ao circuito superior desse agronegócio (Elias, 2006b; 2007; 2008). Contudo, o fato de tais circuitos serem hegemônicos nas RPAs não elimina a existência de superposições de distintas divisões sociais e territoriais do trabalho, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrária, tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio. Nessa ótica, as RPAs são também o lugar de diversos conflitos e disputas de várias naturezas e complexidades entre os diferentes agentes envolvidos (pelo uso da terra e da água, pela mão de obra, etc.).

Vale destacar, também, que as RPAs abarcam somente uma parte dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação do agronegócio globalizado, em especial os locais e regionais. Os demais só podem ser visualizados ao se considerarem todas as etapas do processo produtivo de uma *commodity* ou de um outro produto agropecuário com alto valor agregado, pois muitos deles não se dão na RPA na qual são produzidos ou mesmo no país. Portanto, diríamos que as RPAs são funcionais do agronegócio, meras regiões do fazer do agronegócio, com pouquíssima ou nenhuma ingerência efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas.

Mencionadas regiões são frações do espaço total das redes agroindustriais, cada vez mais abertas às influências exógenas e aos novos signos do período atual. Existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços. Diante disso, uma RPA é resultado do impacto das forças externas/modernizantes e da capacidade das suas virtualidades, assim como das relações entre outros diferentes pares dialéticos tais como o Estado e o Mercado. Como objeto e sujeito da economia globalizada do agronegócio, é um espaço que

⁷ Sobre solidariedade orgânica e organizacional pode ser visto Santos (1996).

perde parte de sua autonomia, pois exige interação com o restante do mundo para promover a renovação tecnológica, para a complementação da produção e para a acumulação ampliada do capital do setor.

Tais regiões hoje se fazem presentes tanto nos lugares de reserva – inseridos mais recentemente na agropecuária globalizada, como nas regiões Norte e Nordeste e parte do Centro-Oeste – quanto nas regiões agrícolas que há mais tempo participam dos circuitos superiores da economia do agronegócio globalizado, fortemente concentradas nas regiões Sudeste e Sul.

Como ilustração de RPAs, poderíamos mencionar as regiões formadas pelas áreas polarizadas pelas cidades Passo Fundo (RS), Dourados (MS), Sinop (MT), Uberlândia (MG), Ribeirão Preto (SP), Barreiras (BA), Petrolina (PE), Mossoró (RN), todas elas com papéis mais clássicos de uma cidade de porte médio.⁸ Vale lembrar o entendimento de que não é por ter no agronegócio um de seus pilares econômicos que a economia urbana e a economia agrícola dessas regiões vivam exclusivamente dessa atividade, mesmo que algumas tenham se originado dela.

Nesse ponto, destacamos que a configuração das regiões produtivas do agronegócio não respeita os limites político-administrativos oficiais e, assim, é recorrente uma mesma RPA ser formada por municípios de diferentes estados da federação. Algumas dessas delimitações, muito embora não existam oficialmente, são reconhecidas pelas populações locais e empresas atuantes nas respectivas áreas.⁹ Dessa forma, uma mesma região é composta por um conjunto de municípios por vezes pertencentes a diferentes estados, com seus respectivos espaços agrícolas e urbanos associados em graus diversos ao agronegócio.¹⁰

Para chegar à delimitação do recorte espacial preciso de uma RPA, é necessário cuidado, até porque, em face da dinâmica de todos os processos supracitados, essa delimitação sofre mudanças permanentemente. Mesmo que assim não fosse, é sempre difícil, no início de uma pesquisa de uma RPA, saber exatamente quais os limites a serem considerados para ela. Uma boa

⁸ Sobre algumas dessas cidades e seus respectivos papéis regionais pode ser visto Sposito, Elias, Soares (2010a; 2010b).

⁹ Por exemplo, a RPA formada por municípios da Bahia, do Piauí, Maranhão e Tocantins, que recebe denominações formadas pelas iniciais dos estados, tais como Bama-pito ou Matopiba. Uma ilustração do reconhecimento operacional de tais regiões é a recente criação (2015) da Agência de Desenvolvimento do Matopiba.

¹⁰ Um estudo de RPA comandada por uma cidade média, composta por municípios do estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, produtora de frutas tropicais, pode ser visto em Elias e Pequeno (2010).

metodologia seria utilizar como categorias de análise os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação da(s) atividade(s) agrícola(s) e/ou agroindustrial(ais) que exercem hegemonia na região.

4. CIDADES DO AGRONEGÓCIO

Como já afirmado, a reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil renova os papéis de algumas cidades e as relações entre o campo e a cidade, desencadeadas pelas novas necessidades de consumo produtivo do agronegócio. Em algumas cidades, esse tipo de consumo é mais importante e complexo do que o consumo consumptivo, ou seja, aquele próprio das demandas ligadas à população. Isso denota o que Santos (1988; 1993; 2000) chamou de “cidade do campo”, noção que utilizamos por algum tempo (Elias, 2003) embora, há alguns anos, a tenha substituído por “cidade do agronegócio” (Elias, 2006c; 2011), visando uma possível consolidação conceitual dessa noção.

Mas a utilização de tal noção vem causando algumas celeumas e precisa ser melhor compreendida e, antes de tudo, estudada e debatida. O que chamamos de cidades do agronegócio seriam os espaços urbanos inseridos em RPAs nos quais se dá a gestão local ou regional do agronegócio, cujas funções inerentes a essas atividades têm hegemonia na economia urbana. Transformam-se, então, em lugares de múltiplas formas de cooperação erigidas pelo agronegócio, produzindo novas territorialidades e sociabilidades. Se, como diz Carlos (2004), a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital entendemos, então, que a cidade do agronegócio é, ela própria, processo, função e forma (Santos, 1985) para a reprodução do capital do agronegócio globalizado e, dessa maneira, uma força produtiva para a reprodução desse capital. Na cidade do agronegócio, as funções de atendimento às demandas desse tipo de atividades são hegemônicas sobre as demais funções da cidade.

Diríamos que a cidade do agronegócio é um tipo de cidade que polariza e organiza amplo espaço agrícola, na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos. Seria, assim, um lugar de destaque na hierarquia urbana de uma RPA, um nó integrante das redes agroindustriais. A especialização da cidade pode ser captada mediante a leitura de suas funções urbanas (Corrêa, 2010). Dado que as cidades do agronegócio apresentam uma especialização funcional, não basta à cidade estar inserida em uma RPA para poder ser classificada como tal. Ela se distingue de outro espaço urbano pela hegemonia de suas funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas.

É possível identificar várias cidades, nas diferentes partes do país, cujo crescimento econômico e territorial se deve diretamente à consecução do agronegócio, tais como Luís Eduardo Magalhães (BA), Uruçuí (PI), Sorriso e Lucas do Rio Verde (MT), Matão e Sertãozinho (SP), exemplificadas como cidades do agronegócio em trabalhos anteriores. Mas, hoje, temos dúvidas em colocar na mesma posição algumas delas, uma vez que apresentaram grande crescimento econômico na última década com a chegada de novos agentes econômicos, e passaram a atuar em vários ramos do comércio e dos serviços associados, não apenas ao consumo produtivo do agronegócio, destacando-se também em outros ramos, como os voltados à educação. Dessa forma, descolam-se de alguns processos, funções e formas inicialmente no âmago de suas respectivas formações socioespaciais, fazendo com que a denominação de cidades do agronegócio não lhes caiba mais: os processos e as funções essenciais ao agronegócio globalizado perderam, em termos relativos, hegemonia em relação às demais funções que a cidade passa a exercer. Isso não significa que o agronegócio deixe de ter importância na economia e no território de determinada cidade, mas que outras atividades passam também a ser importantes, qualitativa e quantitativamente.

Algumas cidades que poderiam ser classificadas como do agronegócio são cidades reestruturadas com a difusão do agronegócio. Mas outras compõem-se de núcleos urbanos recém-criados, já sob influência da difusão do agronegócio. Um exemplo emblemático desse último caso é a criação do município de Luís Eduardo Magalhães, no ano de 2000, desmembrado do município de Barreiras (BA). Luís Eduardo Magalhães (LEM) é um dos lugares de reserva recentemente tomado pelas grandes empresas associadas às redes agroindustriais hegemônicas do complexo carnes-grãos (como a Bunge Fertilizantes e Bunge Alimentos, instaladas na década de 1980).

A região produtiva mais importante do agronegócio existente no Nordeste do Brasil, cuja “capital” consideramos ser a cidade de Barreiras, abrangia inicialmente o oeste da Bahia, tendo se estendido para o sul do Maranhão, o sul do Piauí e já atinge partes do estado do Tocantins e cuja gestão hoje é dividida com LEM. Entendemos que, enquanto Barreiras exerce os papéis mais clássicos de uma cidade de porte médio, LEM configura-se como uma cidade do agronegócio (Elias, 2006c). Ambas polarizam toda a região produtiva no que tange ao comércio e aos serviços. Barreiras, já em estágio mais avançado de urbanização da sociedade e do território, principal centro urbano dos cerrados nordestinos, o primeiro a despontar como uma economia atrelada ao agronegócio da soja no Nordeste possui o terciário mais

consolidado, além de ser a cidade que reúne as representações dos órgãos estaduais e federais.¹¹

Apesar de LEM apresentar, de maneira geral, um terciário bem menor e menos diversificado em relação ao de Barreiras, o comércio de insumos e equipamentos para a agricultura intensiva avança rapidamente e, para algumas demandas, parece já superar o da cidade mais importante da região, assumindo papel não só local, mas também regional. Destaca-se, por exemplo, por conter revendedores autorizados dos maiores fabricantes de máquinas agrícolas que atuam no Brasil, como a John Deere. Tais estabelecimentos perfilam-se ao longo da BR-242, no limite dos dois municípios. Outro exemplo da especialização funcional da cidade é que, desde 2004, LEM é uma das quatro únicas cidades no Brasil que recebem a Agrishow, Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, uma das principais vitrines do que há de mais moderno para ser utilizado em toda a cadeia produtiva no agronegócio.¹² Quanto aos demais municípios baianos componentes dessa região, nenhum outro se apresenta com o mesmo desenvolvimento urbano, tendo suas respectivas economias relacionadas à produção agrícola e/ou agroindustrial propriamente dita. Como exemplo, poderíamos citar o caso de São Desidério: com sede num pequeno núcleo urbano distante das principais áreas produtivas, é menos dinâmico do que seu distrito de Roda Velha, comandado por suas algodoeiras. Formosa do Rio Preto também se encontra nesse modelo.

Toda a região é comandada de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge, e mais recentemente pela ADM, a Amaggi & LCD e a Multigran. Com o incremento da produção e do esmagamento de grãos, formaram-se ou chegaram outras poderosas empresas e grupos: Horita, Busato, Franciosi, Vanguarda Agro, Coringa, Mauricea Alimentos, Fri-Barreiras ou, ainda, Frango de Ouro.¹³

Estudos que realizamos sobre a expansão da produção de grãos nessa área em meados dos anos 2000 e no início da década de 2010, fizeram com que nos arriscássemos a dizer que o desmembramento de LEM, a cerca de mil

¹¹ Uma das principais questões da pesquisa que estamos realizando sobre os cerrados nordestinos diz respeito à possibilidade de uma nova fragmentação com a formação de uma outra região comandada a partir de Balsas (MA), a qual realizaria a gestão do sul do Maranhão e do sul do Piauí. A região produtiva do agronegócio atualmente comandada por Barreiras e LEM é composta pelos municípios do oeste da Bahia (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, São Desidério, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto), sul do Piauí (Uruçuí e Floriano) e sul do Maranhão (Balsas e outras), além de alguns municípios de Tocantins.

¹² Além de Ribeirão Preto (SP), Rio Verde (GO) e Rondonópolis (MT).

¹³ Informações reunidas a partir de trabalhos de campo realizados nos anos de 2004, 2012 e 2014.

quilômetros de Salvador, já seja o resultado das disputas políticas desencadeadas pelos grupos hegemônicos atuantes na região, reunindo capitais extralocais para buscar consolidar o próprio território, independentemente de outras forças políticas e econômicas locais, consideradas conservadoras pelos primeiros. Esse é um município criado como resultado das novas formas de uso do território brasileiro intrínseco à expansão da rede agroindustrial associada à soja, cuja economia e sociedade se sustentam com o agronegócio globalizado que é, assim, determinante para a produção do espaço desse novo município.

Ao longo das últimas décadas, formaram-se também importantes redes de poder inerentes ao agronegócio. Entre as de maior destaque mencionamos a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), que exerce seu poder de forma corporativa com total influência na economia, na política e na produção do espaço regional. Num país onde o imbricamento entre os poderes econômico e político é recorrente, acostumamo-nos a ter empresários agrícolas como ministro da agricultura, governador de estado, além de uma das mais influentes bancadas no Congresso Nacional (a ruralista). Ainda pode parecer comum que o prefeito de LEM seja também um empresário do agronegócio: Humberto Santa Cruz foi eleito prefeito em 2009 e reeleito em 2012. Antes disso, esteve à frente da Aiba, que ajudou a criar no início dos anos 1990.

O crescimento populacional de LEM exemplifica o dinamismo do município, uma vez que seu ritmo supera de longe a média nacional. O contingente populacional do município somava cerca de 10 mil habitantes no ano de 2000 e cerca de 60 mil dez anos mais tarde. No mesmo período, Barreiras passou de pouco mais de 112.409 para 137.427 habitantes, evidenciando que o crescimento percentual do primeiro município é muito superior ao do segundo. Outro aspecto são os fluxos migratórios, originários tanto das áreas menos atingidas pela capitalização do campo, quanto de áreas do Sul e Sudeste do país, submetidas à maior pressão fundiária e demográfica. A chamada migração de “gaúchos” é um dos principais fatos a considerar para análise (Haesbaert, 1997).¹⁴ O Terminal Rodoviário de LEM reflete esse tipo de fluxo, expresso na ocorrência de linhas de ônibus que fazem ligação direta com várias cidades da região Sul do país.

O setor imobiliário também mostra a pujança da cidade que, em muitos casos, parece mais um canteiro de obras, dado o número de construções em execução e os fluxos de caminhões carregando materiais de construção. O comércio desse tipo de material é um dos que mais crescem na cidade. Os períodos de boa safra de soja são os de maior dinamismo nesse tipo de comércio, quando

¹⁴ Os chamados “gaúchos”, que são também paulistas ou paranaenses, entre outras naturalidades, normalmente já são oriundos de outras fronteiras anteriormente ocupadas.

algumas obras chegam a parar por dificuldade de entrega de materiais de construção provenientes, na sua grande maioria, de outros municípios.¹⁵ A cidade já apresenta, também, a construção verticalizada e os condomínios fechados. Na área habitacional de médio e alto padrão, ela conta com grandes investimentos na construção não só de edifícios residenciais (alguns em construção já com mais de 15 andares), mas também de condomínios fechados horizontais de altíssimo padrão, inclusive com campo de golfe e pista de pouso de aeronaves. Como em quase todo o restante da economia da região, os preços são fixados em sacas de soja e os grandes pagamentos programados para os períodos de safra.

A organização do espaço urbano é bastante *sui generis*. Um visitante desavisado vai se surpreender ao chegar à cidade e se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, insumos químicos, que se perfilam pela entrada principal de Luís Eduardo Magalhães. O espanto continua quando, logo em seguida, o visitante se defronta com as plantas industriais da Bunge, com seus portentosos silos dentro do perímetro urbano principal, junto à área residencial, entre os locais mais valorizados da cidade, o que demonstra a total falta de ordenamento urbano. Por outro lado, observam-se problemas urbanos semelhantes aos das cidades maiores, tais como os de infraestrutura – ausência de tratamento de esgoto, galeria de águas pluviais, pavimentação asfáltica e habitação para famílias de baixa renda –, questões que têm sido pouco atacadas pela prefeitura e pelo governo federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, apresentamos alguns destaques. Em primeiro lugar, os estudos que alicerçam este texto refletem um caminho que vem sendo trilhado e que está longe de se esgotar. Ainda há muito que fazer para podermos, efetivamente, conhecer melhor as mudanças em curso nos papéis desempenhados pelos espaços agrícolas, urbanos e regionais componentes das redes agroindustriais, à medida que se amplia o movimento de ocupação do território brasileiro em articulação com a economia internacional.

Por outro lado, entendemos que o estudo das redes agroindustriais nos permite analisar não só a produção em si, mas as dinâmicas socioespaciais do agronegócio, a partir de abordagens de caráter multiescalar e intersetorial uma vez que consideram fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ação de

¹⁵ De acordo com entrevistas realizadas com proprietários de lojas de materiais de construção no ano de 2014.

todas as etapas dos processos produtivos de tais atividades. Assim, a utilização do recorte espacial baseado nas RPAs para o estudo do território nacional pode auxiliar na compreensão da divisão territorial do trabalho vigente no país, pois leva em conta o impacto da reestruturação produtiva da agropecuária e a organização das redes agroindustriais, da mesma forma que os processos de reestruturação regional e urbana. Portanto, considera a base da organização de uma parte significativa do território brasileiro atual, resultado da herança histórica e das metamorfoses do presente, marcado pela velocidade das inovações. É igualmente imprescindível reconhecer a existência de especificidades nas formas de produção e apropriação do espaço agrícola e urbano nas diferentes RPAs. Todas merecem atenção num país de grande dimensão e de diversidade regional como o Brasil.

É importante também ressaltar a inviabilidade de continuarmos a considerar apenas as antigas relações campo-cidade, assim como as relações hierárquicas clássicas da rede urbana e das divisões regionais para compreender o Brasil do presente. Visando analisar a dinâmica da urbanização brasileira, na qual crescem não só as metrópoles, mas também as cidades pequenas e médias, alguns utilizam, por exemplo, a noção de urbanização dispersa, outros, de urbanização difusa. Mas, independentemente da nomenclatura ou da corrente teórico-conceitual, por ora o importante é salientar que a realidade deve ser explicada de forma mais elaborada ao invés de simplesmente continuar dividindo o Brasil da forma clássica, entre urbano e rural, ou campo e cidade. Pensamos que uma das possibilidades é considerar uma divisão que possa ser mais palatável para capturar os novos processos de urbanização e de regionalização que se dão associados à economia e à sociedade do agronegócio globalizado.

Por fim, para o estudo das regiões produtivas do agronegócio, consideramos importante valorizar o diálogo com aqueles que estudam o espaço agrário brasileiro, sem deixar de ouvir aqueles que estudam os espaços urbanos não metropolitanos e os processos de (re)estruturação urbana e regional, reconhecendo as respectivas contribuições para o desenvolvimento de noções, teorias e conceitos sobre os processos e dinâmicas socioespaciais emergentes no território brasileiro contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 151-162, 2010.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano*. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

- DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: ICONE-UNICAMP, 1985.
- ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A. da; ARRUIZZO, R. C. (Orgs.). *Espaço e energia*. Mudanças no paradigma sucro-energético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220.
- _____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (Anpur), Recife, v. 13, n. 2, p. 153-167, novembro 2011.
- _____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XII, p. 74-96, 2008.
- _____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. Â. (Orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 49-66.
- _____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, p. 279-303.
- _____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 1, p. 59-81, 2006b.
- _____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006c, p. 25-82.
- _____. *Globalização e agricultura*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamentos das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 101-283.
- FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. (Coords.). *Competitividade no agribusiness Brasileiro*. São Paulo: Pensa/FIA/FEA/USP, 1998.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede 'gaúcha' no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.
- OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. De; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 121-134.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.
- SILVEIRA, R. L. L. da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, p. 11-28.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SPOSITO, M. E. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 35, p. 51-62, 2010a.
- _____. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. *Cidades*. Presidente Prudente, v. 7, p. 125-147, 2010b.
- SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- _____. *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional*. Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.